



**INDICADORES PARA
POLÍTICAS PÚBLICAS
NA REGIÃO MAP**

MADRE DE DIOS-PE, ACRE-BR, PANDO-BO

Documento Final



Madre de Dios - Acre - Pando



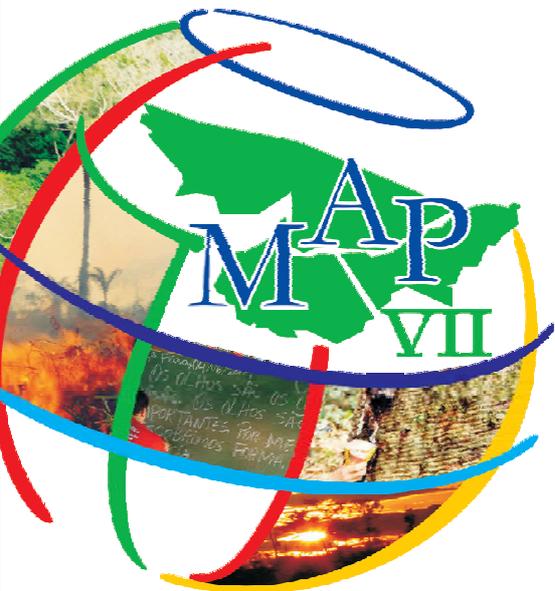
Documento Final do Fórum MAP VII

**Indicadores para
políticas públicas na
Região MAP**

**Madre de Dios-PE
Acre-BR
Pando-BO**

**Brasília-Epitaciolândia
15 a 17 de novembro de 2007**

**Mudanças globais:
comunidades locais
desenhando
soluções regionais**



A preocupação crescente com os benefícios e prejuízos associados às mudanças globais é devido, em grande parte, à percepção de que vivemos num pequeno planeta finito que está em transformação. As mudanças globais resultam de processos sociais, ambientais, econômicos, políticos, tecnológicos e culturais que afetam uma parte significativa do Planeta, como o coração da Amazônia Sul-ocidental, denominado Região MAP e formado pelo departamento peruano de Madre de Dios, o estado brasileiro do Acre e o departamento boliviano de Pando.

Os planos de integração regional, os avanços em infra-estrutura e as exigências de uma vida melhor por parte das sociedades da Região MAP geram crescentes demandas sobre os recursos naturais e os ecossistemas. O resultado é que este território tem se convertido em um cenário regional de mudanças globais, onde a pobreza, a fome, as enfermidades, o analfabetismo e a contínua degradação dos ecossistemas são causas de grandes preocupações regionais.

A história recente de variabilidade climática tem marcado as perspectivas na Região MAP. A seca severa de 2005, com as conseqüentes queimadas florestais e os incêndios acidentais, geraram dezenas de milhões de dólares de prejuízos, destruindo casas, queimando lavouras e danificando mais de 400.000 ha de florestas na Região MAP. As inundações de 2006 e 2007, em vários pontos da Amazônia Sul-ocidental, intercaladas com secas prolongadas, mostraram a vulnerabilidade crescente das sociedades regionais a mudanças climáticas naturais e geram preocupações em relação às próximas décadas.

Uma alternativa para mitigar esta difícil situação é a integração numa escala local e regional de iniciativas inovadoras relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Com esta integração esperamos desenhar soluções para melhorar o nível de vida das sociedades regionais e obter uma melhor gestão dos ecossistemas. Esta integração exigirá a solidariedade e a colaboração efetiva entre as comunidades e países.

O VII Fórum Trinacional da Região MAP, realizado nas cidades acreanas de Brasiléia e Etipaciolândia, de 15 a 17 de novembro de 2007, reuniu cidadãos, organizações acadêmicas, instituições públicas e não-governamentais, organismos de cooperação internacional, governos locais, estaduais/regionais, nacionais e organizações de base comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza na região. Esta reunião dá continuidade ao processo iniciado na reunião de Rio Branco em 2000 (MAP I), em Puerto Maldonado em 2001 (MAP II), em Cobija em 2002 (MAP III), em Brasiléia Etipaciolândia em 2003 (MAP IV), em Puerto Maldonado em 2004 (MAP V) e em Cobija em 2006 (MAP VI).

O processo integrador das reuniões MAP está baseado nos princípios de desenvolvimento sustentável contidos na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; na Agenda 21; no Plano de Implementação da Declaração de Johannesburgo; no Tratado de Cooperação Amazônica OTCA; na Declaração Universal dos Direitos Humanos; nos Convênios da Biodiversidade e de Mudanças Climáticas; e na Declaração de Rio Branco sobre Mudanças Globais.

A iniciativa MAP está fundamentada no exercício dos direitos humanos enfatizados na Declaração dos Direitos Humanos e no Princípio 10 da Declaração do Rio de Janeiro: o direito a ter acesso a informações relevantes sobre desenvolvimento sustentável e o direito de participar em decisões coletivas. Os direitos de saber e participar formam os pilares do processo democrático e seu exercício é essencial para a construção de um desenvolvimento sustentável na Região MAP.

Na cerimônia de abertura do VII Fórum Trinacional MAP, os três líderes dos governos regionais - Santos Kaway Komori, Presidente da Região de Madre de Dios; Leopoldo Fernández, Governador e Comandante Geral do Departamento de Pando; e Arnóbio Marques de Almeida Júnior, Governador do Estado do Acre, solicitaram que este Fórum conduza propostas para políticas públicas regionais. O Governador Leopoldo Fernández declarou que 80% de seu plano de governo vêm de propostas oriundas da Iniciativa MAP. O Presidente Santos Kaway Komori ressaltou a importância da presença dos três líderes regionais em um Fórum MAP e colocou a sua equipe técnica à disposição para fortalecer as atividades trinacionais. O Governador Arnóbio Marques pediu apoio do Fórum MAP para a realização de três compromissos até 2010:

ordenamento territorial do Estado do Acre; ações concretas para a gestão da bacia do Rio Acre; e empoderamento das comunidades, para que se tenha “menos governo e mais sociedade.”

Na palestra magistral de abertura, o Antropólogo Guillermo Rioja ressaltou o processo de construção que representa o MAP, e mostrou exemplos de avanços dos mini-MAPs, que já alcançaram centenas de pessoas de vários segmentos das sociedades regionais, via novos modelos de educação básica rural e capacitação coordenada pelas três defesas civis regionais para reagir a desastres.

O encontro MAP VII congregou 645 participantes inscritos e 135 profissionais de apoio, representando cerca de 235 instituições de 8 países, sendo 58 do Peru, 131 do Brasil, 38 da Bolívia e 08 de outros países, dos quais 116 pertencem a instituições públicas, 17 a universidades, 102 a ONGs, empresas privadas e organizações internacionais.

O encontro organizou-se em três mesas temáticas: conservação ambiental, equidade social e desenvolvimento econômico, com propostas apresentadas e discutidas na mesa de políticas públicas.

Na seqüência estão as recomendações para serem transformadas em políticas públicas pelos governos regionais/estaduais e municipais. Encontram-se anexas as conclusões das mesas temáticas, o esboço de uma carta de intenções para os governos regionais e uma minuta de resolução sobre o Complexo Madeira a ser encaminhado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Brasil.



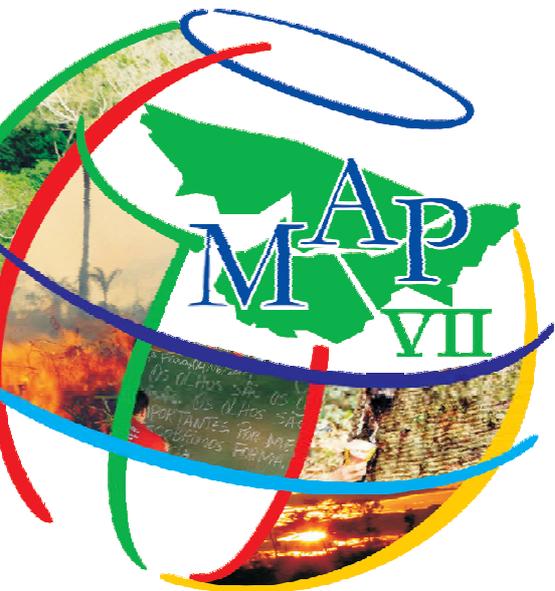
INDICADORES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

1. Encaminhar e consolidar propostas de acordos trinacionais, assinados pelos governos do Peru, Brasil e Bolívia, para impulsionar ações concretas com relação à “Carta Consulta sobre os impactos da Estrada Interoceânica”; ao uso dos mecanismos de captura de carbono para o desenvolvimento sustentável; ao manejo e gestão de bacias hidrográficas fronteiriças e transfronteiriças; à conservação e desenvolvimento sustentável das áreas protegidas ANP; e para apoiar a realização dos fóruns anuais do MAP (Madre de Dios - PE, Acre - BR e Pando BO).
2. Constituir uma coordenadoria técnica, com representantes governamentais e representantes das mesas temáticas, para acompanhar as atividades pós MAP VII, contribuindo para efetivação dos acordos e monitoramento das ações trinacionais.
3. Fomentar e fortalecer o setor florestal mediante políticas que promovam o desenvolvimento sócio-florestal nos três países.
4. Promover a proposta de criação do Conselho Florestal Trinacional (Madre de Dios, Acre e Pando).
5. Fortalecer e implementar os órgãos de controle e fiscalização dos três países para evitar queima e derrubada de castanheiras e implementar normas técnicas apropriadas à escala de produção.
6. Desenvolver políticas diferenciadas para a promoção dos produtos não-madeireiros, enfatizando o intercâmbio de experiências.
7. Estabelecer e implementar um Plano Regional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária e Florestal.
8. Desenvolver na Amazônia produtos turísticos através da criação e desenvolvimento de circuitos integrados.
9. Unificar o sistema de emissão da tarjeta de vacinação da febre amarela, eliminando a taxa de emissão da tarjeta internacional de vacinação no Peru e Bolívia.

10. Permitir o livre trânsito de veículos e ônibus e a expansão de vôos regionais e internacionais na Região MAP.
11. Incorporar a gestão de riscos ao ordenamento territorial, baseado na geração, troca e aplicação de conhecimentos sobre o território, em todos os processos de planejamento e execução orçamentária dos municípios e dos governos regionais e estaduais da Região MAP.
12. Realizar inventários de emissões de gases de efeito estufa na Região MAP e criar uma carteira trinacional de projetos de reflorestamento e desmatamento evitado para aplicar nos mercados de carbono.
13. Considerar os custos socioeconômicos e ambientais na implementação e manutenção de projetos de infra-estrutura.
14. Promover intercâmbio trinacional de informações, através da criação de bases de dados disponíveis na internet para fomentar o desenvolvimento de trabalhos conjuntos.
15. Recomendar que os governos nacionais e locais busquem, em conjunto, a compensação financeira pela redução das emissões de gases de efeito estufa (GEI) provenientes da derrubada da floresta, assim como para a conservação dos recursos hídricos das bacias transfronteiriças e porosas.
16. Implementar as recomendações da Declaração de Pucallpa como forma de contribuir para conservar os recursos naturais e os serviços ambientais por eles prestados na Região MAP e Ucayali.
17. Discutir o Complexo Madeira no Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Brasil e na Câmara Técnica de Projetos, a partir de articulação com o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS.
18. Estabelecer mosaicos de áreas protegidas transfronteiriças, tendo em vista a extrema importância de articulação entre as mesmas.
19. Apresentar demandas da Iniciativa MAP aos blocos de integração, tais como MERCOSUL, Iniciativa de Infraestrutura Regional da América do Sul - IIRSA e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA.
20. Promover o empoderamento de comunidades camponesas, indígenas e ribeirinhas, urbanas e peri-urbanas e expandir para toda a Região MAP a proposta de um fundo indígena de desenvolvimento social e rural para financiar projetos sociais.

21. Desenvolver programas de educação ambiental com a participação comunitária, que permita a implementação de escolas de campo com base em experiências locais.
22. Expandir experiências bem sucedidas de educação, tais como o Programa Floresta das Crianças - Bosque de los Niños.
23. Apoiar intercâmbios técnico-científico-culturais na Região MAP, inclusive para as famílias rurais.
24. Apoiar a criação de uma rede de comunicadores sociais comprometidos com as questões de equidade social.
25. Apoiar a formação de novas lideranças, sobretudo jovens, estabelecendo redes locais, regionais e trinacionais - MAP.
26. Abrir espaços de articulação e reflexão para os representantes dos movimentos sociais.
27. Desenvolver modelos trinacionais de vigilância epidemiológica e sanitária, além de Sistemas de Alerta Precoce para doenças (re)emergentes, prioritariamente: leishmanioses tegumentar e visceral, bartonelose (doença de Carrión), malária vivax e falciparum, dengue, DSTs, influenza aviária, hepatites virais, raiva silvestre e urbana, leptospira e intoxicação por metais pesados.
28. Desenvolver atividades trinacionais integradas de promoção de educação em saúde, pertinentes a realidade regional e coerentes com as prioridades levantadas acima.
29. Atualizar anualmente a Análise da Situação de Saúde da Fronteira - ASIS Fronteira.
30. Promover atividades conjuntas de vacinação, principalmente contra a febre amarela e hepatite B.
31. Fortalecer a integração das instituições públicas de saúde de Madre de Dios, Acre e Pando, a partir do compromisso assumido pelos três governadores presentes na abertura do MAP VII.





ANEXOS

- A.** MESA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- B.** MESA DE EQUIDADE SOCIAL
- C.** MESA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
- D.** PLENÁRIA
- E.** CARTA DE INTENÇÕES
- F.** MINUTA DE RESOLUÇÃO SOBRE O COMPLEXO MADEIRA A SER ENVIADO AO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS VIA FBOMS.

MESA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os problemas ambientais globais estão conectados com florestas tropicais e vice-versa, e para solucionar esse dilema é preciso acionar mercados com potencial para serem sustentáveis.

O MAP, como uma iniciativa colaborativa trinacional, apresenta-se como uma das alternativas para esses mercados. Neste contexto, indicamos cinco produtos direcionados ao mercado inter-regional e mundial que devem ser desenvolvidos sustentavelmente:

- manejo da castanha e sua industrialização;
- manejo sustentável de atividades madeireiras com valor agregado;
- transformação de produtos florestais não-madeireiros (borracha, frutas, óleos, sementes, dentre outros.)
- turismo sustentável;
- certificado de seqüestro de carbono.

A promoção e o impulso destas atividades buscam a qualidade de vida, mediante a segurança alimentar e o aumento de renda das famílias da Região MAP, aliados a conservação de recursos naturais em longo prazo. Ao mesmo tempo, essa promoção de mercados depende de uma boa implementação de infra-estruturas adequadas ao entorno socioeconômico e ambiental.

Para o desenvolvimento da Região MAP, considerando o citado acima, apontamos as seguintes propostas a serem encaminhadas aos governos da região:

1. Fomentar e fortalecer o setor florestal mediante políticas que promovam o desenvolvimento sócio-florestal.
2. Propor a criação do Conselho Florestal Trinacional (Madre de Dios, Acre e Pando) transversal.
3. Fortalecer e implementar os órgãos de controle dos três países para evitar queima e derrubada de castanheiras e implementar normas técnicas apropriadas em escala de produção.

4. Desenvolver políticas diferenciadas para a promoção dos produtos não-madeireiros, enfatizando o intercâmbio de experiências.
5. Assinatura da carta de intenções e compromissos entre os três governos da Região MAP.
6. Estabelecer e implementar um Plano Regional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária e Florestal.
7. Desenvolver na Amazônia produtos turísticos através da criação e desenvolvimento de circuitos integrados.
8. Unificar o sistema de emissão da tarjeta de vacinação da febre amarela, eliminando a taxa de emissão da tarjeta internacional de vacinação no Peru e Bolívia.
9. Permitir o livre trânsito de veículos e ônibus e a expansão de vôos regionais e internacionais na Região MAP.
10. Incorporar a gestão de riscos ao ordenamento territorial, baseado na geração, troca e aplicação de conhecimentos do território, em todos os processos de planejamento e execução orçamentária dos municípios e governos regionais e estaduais da região.
11. Fortalecer a capacidade dos sistemas da defesa civil, através de intercâmbio de experiências e capacitações.
12. Realizar inventários de emissões de gases de efeito estufa na Região MAP e criar uma carteira trinacional de projetos de reflorestamento e desmatamento evitado para aplicar nos mercados de carbono.
13. Considerar os custos socioeconômicos e ambientais na implementação e manutenção de infra-estruturas.



MESA DE EQUIDADE SOCIAL

Solicitamos aos políticos e governantes da Região de Madre de Dios (Peru), do Estado do Acre (Brasil) e do Departamento de Pando (Bolívia) que pleiteiem recursos junto a outros países para financiar a integração no âmbito MAP, como forma de contribuírem para a conservação da floresta amazônica. A sugestão aparece por constatarmos a pequena participação popular e de movimentos sociais nos mini-MAPs e no VII Fórum MAP. Supomos que as dificuldades sejam causadas, pelo menos em parte, pela falta de infra-estrutura das comunidades que gostariam de comparecer e/ou enviar representantes ao Fórum MAP.

Concluimos também que as forças econômicas globais estão mudando de composição atualmente e, por isso, é conveniente investirmos energia ao solicitar claramente aos países chamados desenvolvidos o financiamento da integração da Região MAP, pois a questão ambiental impõe um regime de urgência para essa integração. Acreditamos que a integração da Região MAP é condição para sua conservação.

Ressaltamos a importância de que os recursos que cheguem sejam administrados por cidadãos atuantes na Região MAP, cuja governança precisa ser reconhecida e defendida internacionalmente. Concluimos que a escassez global de recursos naturais leva a uma valorização da Região MAP, e, por isso, exigimos respeito da comunidade internacional, mesmo que tenhamos pouca liquidez financeira e um PIB extremamente baixo.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável baseado na Equidade social, constatamos também a necessidade de:

1. Praticar os princípios da governança com a participação efetiva de todos os movimentos sociais.
2. Promover o empoderamento das comunidades camponesas, indígenas e ribeirinhas, urbanas e peri-urbanas.
3. Recuperar os saberes indígenas e aplicá-los nas estratégias do MAP.

4. Respeitar e implementar as decisões tomadas pelas mulheres indígenas.
5. Expandir para toda a Região MAP a proposta de um fundo indígena para financiar projetos sociais.
6. Promover processos de gestão de conhecimento.
7. Desenvolver programas de educação ambiental contínuo com a participação comunitária.
8. Expandir experiências bem-sucedidas de educação, tais como o Programa Floresta da crianças Bosque de los Niños.
9. Realizar intercâmbio técnico-científico-cultural na Região MAP.
10. Formar uma rede trinacional de defesa dos direitos humanos.
11. Motivar a presença do governo na implementação de ações previstas no processo MAP.
12. Criar uma rede de comunicadores sociais comprometidos com as questões de equidade social.
13. Democratizar o fórum MAP por meio da participação efetiva dos movimentos sociais nas reuniões de todos os mini-MAPs.
14. Apoiar a formação de novas lideranças, sobretudo de jovens.
15. Abrir espaços de articulação e reflexão dos movimentos sociais.
16. Apresentar demandas da Iniciativa MAP aos blocos de integração, tais como o MERCOSUL, a IIRSA e a OTCA.
17. Desenvolver modelos trinacionais de vigilância epidemiológica e sanitária, além de Sistemas de Alerta Precoce para doenças (re)emergentes, prioritariamente: leishmanioses tegumentar e visceral, bartonelose (doença de Carrión), malária vivax e falciparum, dengue, DSTs, influenza aviária, hepatites virais, e intoxicação por metais pesados.
18. Desenvolver atividades trinacionais integradas de promoção e educação em saúde, pertinentes a realidade regional e coerente com as prioridades levantadas acima, no contexto de mobilização comunitária.
19. Atualizar anualmente a Análise da Situação de Saúde da Fronteira (ASIS- Fronteira).

20. Promover atividades conjuntas de vacinação, principalmente contra a febre amarela e hepatite B.
21. Fortalecer a integração das instituições públicas de saúde de Madre de Deus, Acre e Pando, a partir do compromisso claro assumido pelos três governadores presentes na abertura do MAP VII.
22. Reestruturar os encontros MAP, eliminando as mesas temáticas em paralelo, para que todos os temas possam ser assistidos por todos, e que temas transversais como saúde e educação possam ser percebidos pelos grupos econômico e ambiental.

Finalmente, queremos manifestar nossa grande preocupação com o fato de que neste ano não se realizaram os mini-MAPs: indígena, educação, camponeses, infância e gênero. Na ausência desses mini-MAPs visualizamos um constrangedor descaso com alguns dos grupos com os quais nos comprometemos.

MESA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Os palestrantes e os participantes da Mesa de Conservação Ambiental, com o objetivo de identificar a situação atual de conservação dos recursos naturais da Região MAP, apresentaram e fortaleceram iniciativas de soluções locais em andamento, que contribuem para a conservação regional, e apresentaram as seguintes recomendações em relação aos temas que foram discutidos:

1. Promover intercâmbio de informações e dados disponíveis para fomentar o desenvolvimento de trabalhos conjuntos na área de monitoramento da cobertura vegetal e uso da terra no âmbito do MAP.
2. Levantamento de informações disponíveis e política de uso e compartilhamento das mesmas.
3. Criação de um banco de dados de informações ambientais georeferenciadas da Região MAP.
4. Desenvolver um Programa de capacitação para o uso das informações socioambientais disponíveis.
5. Estabelecer mecanismos e incentivos nacionais e municipais para a conservação ambiental.
6. Promover o processo de aprendizagem em nível regional sobre sensoriamento remoto e sua aplicabilidade.
7. Estabelecer cenários de uso da terra para subsidiar processos de conservação e políticas públicas regionais.
8. Recomendar que os governos nacionais e locais busquem, de forma conjunta, compensação financeira pela redução das emissões de gases de efeito estufa (GEI) provenientes da derrubada e queima da floresta.

9. Recomendar que os governos nacionais e locais desenvolvam sistemas de compensação por serviços ambientais em nível nacional e entre países, como por exemplo, os recursos hídricos nas bacias fronteiriças e transfronteiriças.
10. Implementar as recomendações da Declaração de Pucallpa como forma de contribuir para conservar os serviços ambientais da Região MAP e Ucayali.
11. Promover o aumento da produtividade agrícola, a proteção e recuperação de áreas críticas (matas ciliares, nascentes, áreas abandonadas com pouco valor agrícola), como forma de reduzir a taxa de desmatamento.
12. Desenvolver um enfoque integrado de gestão de bacias hidrográficas para melhorar o manejo dos recursos hídricos e florestais e para proporcionar serviços ambientais. Sendo as bacias porosas e transfronteiriças é importante a participação conjunta dos países envolvidos. Os governos e as instituições públicas deveriam apoiar estas iniciativas com a participação conjunta da Iniciativa MAP e Ucayali.
13. Estabelecer mosaicos transfronteiriços de áreas protegidas tendo em vista a extrema importância de articulação entre essas áreas.
14. Reativar o mini-MAP Áreas Naturais Protegidas com os objetivos de realizar expedições trinacionais a áreas naturais protegidas transfronteiriças; realizar avaliação da diversidade biológica destas áreas; estabelecer uma equipe científica trinacional para avaliar a biodiversidade, envolvendo as universidades da região. Realizar a 1ª reunião do mini-MAP Áreas Protegidas, em Pucallpa, na segunda semana de dezembro de 2007.
15. Reativar o mini-MAP Biodiversidade, destacando aspectos relacionados à fauna, flora e serviços ambientais.
16. Criar o miniMAP Herbários Regionais, com o compromisso de fortalecer as capacidades da Universidade Federal do Acre - UFAC, Universidad Nacional Amazónica de Madre de Dios UNAMAD, Universidad Amazónica de Pando - UAP; e Facultad de Ciencias Forestales da Universidad San Antonio Abad de Cusco UNSAAC;

promover o intercâmbio de especialistas; realizar projetos integrados de pesquisa; realizar expedições trinacionais em lugares onde há lacunas de informações; fortalecer a infra-estrutura dos herbários (UFAC, UNAMAD e UAP) e promover a capacitação de técnicos destes herbários.

Embora os instrumentos de gestão apresentados neste fórum e os avanços realizados pelo Grupo de Trabalho para Gestão da Bacia do Rio Acre permitam vislumbrar uma gestão compartilhada, ainda existem desafios no que se refere a gestão de recursos hídricos transfronteiriços, como é o caso das Usinas do Complexo Madeira para o qual foram realizadas as seguintes sugestões e recomendações:

17. No âmbito do desafio da gestão compartilhada de recursos hídricos transfronteiriços, se sugere que a questão das Usinas do Complexo Madeira seja discutida no Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Brasil.
18. Discutir a temática do Complexo Madeira também no mini-MAP Bacias Hidrográficas e solicitar formalmente que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos analise o documento formulado pelo grupo, através do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento FBOMS.
19. O estudo deve incorporar os impactos para a região e não apenas para os municípios diretamente afetados e se recomenda:
 - a) Que devam ser feitas articulações inter e intra institucionais para buscar garantir que os instrumentos de planejamento participativos e a legislação sejam plenamente respeitadas;
 - b) Que em obras de infra-estrutura, além dos critérios ambientais, outros temas, como saneamento, saúde, transporte, cultura, dentre outros, sejam observados para a sua construção ou não;
 - c) Que em caso de obras de infra-estrutura que atinjam dois ou mais estados ou dois ou mais países, todos eles sejam envolvidos na discussão antes do início da elaboração do projeto e que isto sirva como critério para a instalação da mesma;

- d) Pensar em uma estratégia para discutir a necessidade de rios livres e rios sem barragens;
- e) Discutir com outros movimentos sociais, com o FBOMS e outros a possibilidade de construir uma Agenda Elétrica Sustentável e colocá-la em discussão diante dos governos federal, estaduais e municipais

Ainda com relação ao Complexo Madeira foi feita a seguinte ponderação:

- a) Que outras experiências exitosas em relação a soluções de problemas ambientais sejam trazidas para o evento para mostrar aos políticos locais formas alternativas a problemas similares.

Foi registrada a crítica sobre a forma de realização do evento em mesas temáticas, sugerindo que os temas fossem tratados de forma transversal para não correr o risco de compartimentalizar os mesmos.

Durante o evento também foi feito um desagravo em nome da Ministra Marina Silva, pelo representante da Secretaria da Presidência da República do Brasil, às manifestações contrárias ao empreendimento de implantação do Complexo Madeira e aos questionamentos que foram feitos em relação aos procedimentos adotados pelo IBAMA.

PLENÁRIA

1. Reconhecer como avanço do MAP a entrega da Carta Consulta aos governos regionais, documento com visão trinacional para o desenvolvimento sustentável da Região MAP.
2. Decidir um processo imediato de auto-avaliação da Iniciativa MAP em quatro aspectos:
 - a. O que conseguimos? Quais foram as lições aprendidas? Quais são nossas metas? Onde estamos e para onde queremos ir?
 - b. Qual é o modelo de desenvolvimento sustentável do MAP? O que é bem-estar, cidadania e integração para nós?
 - c. Qual é o modelo de governo do MAP? Como tomamos decisões e como as executamos?
 - d. Qual é o modelo de incidência do impacto do MAP? Qual o papel das autoridades e dos funcionários de governo? Qual o papel dos cidadãos no MAP?
3. Apresentar a Resolução referente ao Complexo Madeira na Câmara Técnica de Análise de Projetos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, via FBOMS, para que o mesmo articule junto aos movimentos sociais e a encaminhe ao Conselho Nacional dos Recursos Hídricos do Brasil, solicitando que esta discussão se inicie na Câmara Técnica de Análise de Projetos. Fazer articulações inter e intra-institucionais para garantir que os instrumentos de planejamento participativos e a legislação sejam plenamente respeitados. Recomenda-se que em obras de infra-estrutura, além dos critérios ambientais, outros temas, como saneamento, saúde, transporte, cultura, etc; sejam observados como critérios para a sua construção ou não.
4. Além das mesas temáticas que se desenvolvam grupos de trabalho para dar mais oportunidade às pessoas de se pronunciarem.

5. Buscar mecanismos de compensação para que os investimentos em relação à Copa do Mundo se revertam em benefício da educação e saúde na região.
6. Substituir a compensação de serviços ambientais dos recursos hídricos pela conservação da quantidade e qualidade de recursos hídricos.
7. Acrescentar aos produtos que devem ser usados de maneira sustentável a energia (petróleo e biocombustíveis), os recursos minerais e a seringa, para influenciar políticas públicas nessas áreas.
8. Melhorar o sistema organizativo de base, pois isso significa bem-estar e futuro melhor para os três países. Na Bolívia não estamos bem organizados, mas há representatividade. A única alternativa é organizarmos. Sugerir compreensão e vontade de trabalhar para termos projetos de longo prazo (30 e 40 anos), pois não podemos ser imediatistas.
9. Peru e Bolívia estão interessados no marco da Comunidade Andina (decisão 501-ZIF) onde há um processo de integração da zona fronteira, e poder-se-ia incluir o Brasil.
10. Vários temas das mesas temáticas não devem ser divididos, pois dificulta muito a participação e a contribuição dos movimentos sociais. Quanto ao Complexo Madeira os movimentos sociais devem ser incluídos nas discussões para conseguir maior nível de participação.
11. Incluir a “Facultad de Ciencias Forestales da Universidad San Antonio Abad de Cusco UNSAAC” nas iniciativas das demais universidades sobre herbários e áreas naturais protegidas e implementar o tema de educação sanitária a nível dos três países.
12. Um dos temas que falta incorporar é a criação de um Mini-MAP de atores econômicos produtivos (pequenos e médios empresários) para fins de contribuição ao desenvolvimento sustentável da região. Levar as propostas da Mesa de Equidade Social ao Parlamento Amazônico que se realizará na Venezuela em março de 2008. Impulsionar políticas trinacionais de controle transfronteiriço de tráfico de produtos ilegais. A não participação das organizações sociais da Bolívia neste evento foi devido a pouca difusão de informação. Faz-se necessária maior articulação, integração e

informação da Agenda MAP com e para as organizações sociais da região. Que se considere na Mesa de Equidade Social o apoio do Brasil e Peru à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas que na Bolívia já tem força de lei.

13. Parabenizar as autoridades de saúde de Madre de Dios pelo interesse e valor que devotam à integração transfronteiriça e à Iniciativa MAP; Que os prefeitos e alcaldes locais envolvam as autoridades locais de saúde na Iniciativa MAP; Sugere alteração na proposta de “Eliminação da Carteira Internacional de Vacinação contra febre amarela”, colocada pela Mesa de Desenvolvimento Econômico - uma vez que esta é uma obrigatoriedade mundial imposta pelo Regulamento Sanitário Internacional - para “eliminação da cobrança monetária ou taxa de emissão pela Carteira Internacional de Vacinação, bem como pela vacinação contra febre amarela por parte do Peru e da Bolívia”; recomendar que a integração transfronteiriça na área da saúde integre a agenda da OTCA.
14. Com relação às solicitações de alterar a forma de trabalho das mesas temáticas, se deve lembrar que no MAP III, em 2002, o Fórum foi estruturado em três mesas, o que nos permitiu ter os avanços que temos até o MAP VII. Entre os MAPs III e IV, os movimentos sociais se mobilizaram e apresentaram uma carta ao MAP. Foram os próprios indígenas que decidiram não ser um Mini-MAP porque não queriam ser objeto de estudos e sim atores históricos. O MAP também enfrentou grandes ONGs defendendo o verdadeiro conceito do MAP. Há uma carta dos indígenas apoiando essa idéia. Solicitamos que todos estes documentos estejam em destaque na página web do MAP, registros de todo o processo.
15. Estamos buscando e necessitando uma livre transitabilidade nas regiões de fronteira, para o qual solicitamos ações imediatas dos governos regionais para facilitar o tráfego de veículos entre os países.
16. Facilitar a presença de organizações sociais de bases, camponesas e indígenas em fóruns e oficinas do MAP; as ONGs e projetos que trabalham na região deverão aportar passagens e estadia para representantes, respeitando a escolha dos líderes por parte de suas próprias organizações e sem condicionar a ajuda prestada.

17. As organizações sociais de base camponesa e indígenas não estão em crise, mas a divisão do MAP em quatro mesas, tal como se evidencia nas conclusões, dificulta esse processo, sendo necessário revisar esta divisão e propor uma articulação integral de temas.
18. Os participantes do MAP VII expressam sua preocupação pelas recentes políticas de promoção e negociação de contratos para exploração de petróleo no Peru, em suas Áreas Naturais Protegidas, e, especificamente, a respeito da intenção de recorte de 209 mil hectares do Parque Nacional Bahuaja Sonene no Peru, uma das zonas de mais alta diversidade biológica e emblemática da Amazônia, o que põe em risco a viabilidade e integridade do patrimônio natural da Região MAP, e implica num grave retrocesso nos objetivos e compromissos internacionais sobre Diversidade Biológica para a proteção de ecossistemas de alta fragilidade e de vital importância para a segurança alimentar de nossas populações locais e futuras gerações.
19. Participantes do MAP VII manifestam sua esperança e ao mesmo tempo preocupação pela introdução do conceito no marco do Protocolo de Kyoto - do mecanismo de desenvolvimento limpo florestal (MDL-F) e, mais recentemente, desmatamento evitado (DE), que serão discutidos na Conferência das Partes da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que se realizará em Bali, Indonésia, no início de dezembro de 2007. Esperança porque nossa região tem um enorme potencial de mitigação de gases de efeito estufa (GEI), principalmente dióxido de carbono (CO₂), devido à existência de florestas, potencial de reflorestamento em áreas desmatadas e sumidouros de carbono no rios e lagunas. Este potencial pode ser valorizado em certificados de carbono denominados CERs - dentro do MDL-F que considera o Protocolo de Kyoto e, posteriormente, dentro do conceito de DE. Ambos os conceitos apresentam os seguintes problemas que foram destacados no MAP VI:
 - a. A assimetria entre emissões de CO₂ por desmatamento pelo uso de terras para atividades agropecuárias e urbanas frente à enorme emissão de GEI por uso de combustíveis fósseis para transporte, energia e outros usos;

- b. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Florestal MDL-F premia o desmatamento e castiga a conservação de florestas, ao não permitir a valorização da retenção de carbono em áreas naturais protegidas (ANP) e florestas virgens;
 - c. O conceito de Desmatamento Evitado - DE busca mitigar esta contradição, porém não existe acordo global para lançar a iniciativa e o mercado de CERs florestal ainda é incipiente, reduzido e, no caso de DE, é inexistente também;
 - d. Existem diferenças entre os três países no nível de suas chancelarias sobre DE; o Brasil se opõe a desenvolver o tema por projetos e propõe medir a captura de CO₂ para todo o país a cada fim de ano. Para os certificados de carbono - CERs a diferença da cobertura florestal é maior a cada ano em relação ao anterior, pois Bolívia e Peru não têm possibilidades de ter as medidas anualmente. Em Bali se negociará o tema solicitando que se reconheça o esforço realizado até agora com as ANPs e o desenvolvimento sustentável real em territórios tropicais e que os países desenvolvidos cooperem para alcançar capacidade de medição e controle contabilizando - dentro do MDL-Florestal - os bônus de carbono que podem ser gerados;
 - e. O mercado de CO₂ incrementa a subordinação de países, regiões e comunidades aos mecanismos de mercado e ao modelo não sustentável de crescimento econômico produtivo, baseado na exportação de matérias-primas, subordinadas aos mercados locais e regionais;
 - f. O mercado de CO₂ se baseia no princípio da competição e a homogeneização com a eliminação de diferenças, portanto, atenta contra a integração solidária e recíproca de regiões, nações e povos, respeitando as diferenças.
20. Considerando o anterior, querendo participar neste debate e tendo em conta a necessidade de recursos para o desenvolvimento sustentável, os participantes do MAP VII propõem:
- a. Realizar uma oficina sobre “Mudanças climáticas e desmatamento evitado na zona MAP: problemas e

possibilidades” em Brasília - Epitaciolândia na última semana de janeiro de 2007;

- b. Promover a capacitação/informação técnica e científica dos sujeitos sociais, políticos e institucionais da Região MAP sobre os mecanismos do Protocolo de Kyoto, em particular MDL-F e DE;
 - c. Realizar inventários de emissão de GEI na Região MAP e promover acordos trinacionais e transfronteiriços que permitam ações de redução de emissões; e,
 - d. Promover e criar uma carteira de projetos trinacionais de MDL-Florestal e DE para a busca de recursos de investimento nos mercados oficiais e voluntários.
21. Fortalecer a integração fronteiriça entre os três países. Muitas vezes o que se discute e se acorda através do MAP fica travado na burocracia do processo de colaboração entre nossos países porque tem que passar pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). As ONGs devem valorizar a realidade da Amazônia e o conhecimento das pessoas que vivem aqui.
 22. Considerar os direitos humanos dos nativos e indígenas em isolamento voluntário. Propõe-se que o MAP apóie estas pessoas com relação à defesa de seu território frente ao projeto de construção de uma estrada que está sendo construída neste território, a qual colocaria em perigo sua forma de vida e sua sobrevivência. Apesar deles não poderem estar aqui no fórum MAP é necessário levá-los em consideração.
 23. O tema de educação deverá tratado transversalmente. Sugerimos às ONGs e OGs fomentar a agricultura sustentável e trabalhar junto com os camponeses, para que não se lhes considere como destruidores e sim como colaboradores do desenvolvimento científico regional.
 24. Implementar a Declaração de Epitaciolândia-Brasília, 2007, incorporando-a ao Marco do Comitê de Fronteira.
 25. Traçar estratégia para continuidade da discussão do Complexo Madeira no Mini-MAP Bacias Hidrográficas. Organizar eventos públicos sobre o Complexo Rio Madeira diálogo com os governos, especialistas, sociedade civil / frente ambientalista do Congresso, em conjunto com GT Energia do FBOMS, dentre outros segmentos.

26. Implantar políticas transfronteiriças de controle e combate ao tráfico de mulheres e prostituição de adolescentes. Realizar um encontro trinacional para discutir políticas públicas para mulheres e fortalecimento do mini-MAP Gênero.
27. Buscar a participação do MAP no evento organizado pela OTCA sobre Turismo na Amazônia.
28. Ativar e motivar as instituições que trabalham com jovens nos três países para um trabalho integrado de valorização da juventude que quer passar de capacitados a capacitadores nas questões socioambientais da Região MAP.
29. Iniciar ações de manejo da Bacia do Rio Madre de Dios em parceria com Brasil, Bolívia e Peru;
30. Desenvolver o controle e fiscalização, através de ações preventivas para o combate a: migração ilegal, prostituição, tráfico de pessoas, uso e tráfico de drogas, porte de armas, tráfico de animais, plantas, madeira, ouro e dos saberes populares das comunidades tradicionais.
31. Estabelecer programas de desenvolvimento socioeconômico e socioambiental, com centros de formação e treinamento para o trabalho, considerando a realidade da família rural; a inclusão dos jovens com seu potencial de entorno, de forma a evitar a migração do campo para a cidade.
32. Estabelecer e fortalecer a Rede de Jovens da Região MAP, com propostas e compromissos das autoridades locais e regionais, em relação ao desenvolvimento social, permitindo mitigar os impactos sociais que põem em risco o futuro socioeconômico e socioambiental na Região MAP.
33. Aprofundar os compromissos dos atores sociais que integram a Iniciativa MAP, para viabilizar as propostas encaminhadas, dedicando o tempo e a atenção necessários para que não se convertam em uma plataforma de idéias e iniciativas pessoais, estabelecendo e assumindo o compromisso real que requerem nossos atores sociais na Região MAP.





CARTA DE INTENÇÕES

ESBOÇO DA CARTA DE INTENÇÕES E COPROMISSOS ENTRE O GOVERNO REGIONAL DE MADRE DE DIOS (PERU), O GOVERNO DO ESTADO DE ACRE (BRASIL) E O GOVERNO DO DEPARTAMENTO DE PANDO (BOLÍVIA)

Brasília, Brasil, 15 de novembro 2007

Conste pela presente Carta de Intenções e Compromissos que assinam as autoridades democraticamente eleitas na Região MAP, representadas pelo Presidente do Departamento de Madre de Dios do Peru, Sr. Santos Kaway Komori, pelo Governador do Estado do Acre do Brasil, Sr. Arnóbio Marques de Almeida Júnior e pelo Governo e Comandante Geral do Departamento de Pando da Bolívia, Sr. Leopoldo Fernández Ferreyra, os acordos iniciais orientados para a elaboração e implementação de um Programa Estratégico Trinacional de Desenvolvimento Integral Humano e Sustentável “Olhando para o Futuro da Humanidade”, expressos nos seguintes pontos:

COMPROMISSOS

1. No marco do desenvolvimento de ações concretas com relação à “Carta Consulta” sobre os impactos da Estrada Interoceânica, ao uso dos mecanismos de Captura de Carbono para o desenvolvimento sustentável, ao manejo e gestão de bacias hidrográficas fronteiriças e transfronteiriças, à conservação e desenvolvimento sustentável das áreas protegidas - ANP e finalmente apoiar a realização dos fóruns MAP (Madre de Dios-PE, Acre-BR e Pando BO).

2. Com relação aos impactos diretos e indiretos da Estrada Interoceânica Rio Branco-Assis Brasil - Iñapari-Inambari, corredor norte eixo Reyes-Santa Rosa - Riberalta-Guayaramerin e km 19 Extrema com saída ao Pacífico:
 - a) Apoiar a elaboração e a gestão política e financeira da “Carta Consulta”, que está sendo construída com o apoio do IPAM, o Governo do Estado do Acre e a Iniciativa MAP; mediante a provisão de recursos, equipe técnica, apoio logístico e informação - planos estratégicos e dados digitalizados do ZEE e RRNN necessários para o mesmo.
 - b) Formar uma instância trinacional de gestão dos impactos diretos e indiretos da pavimentação e melhoramento das estradas e realizar diagnósticos participativos - monitoramento a cada três anos nestas estradas.
 - c) Promover a conformação de uma secretaria técnica trinacional a partir dos governos regional, estadual e departamental que apóie e supervisione a formulação, acompanhamento e monitoramento dos planos estratégicos de integração e cooperação regional.
 - d) Apoiar a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para a região trinacional.
 - e) Implementar e institucionalizar um mecanismo de acompanhamento e avaliação do Programa IIRSA e de outros programas que impulsionam a construção de mega-projetos no território da Região MAP.
3. Com relação ao financiamento e metodologia de captura de carbono
 - a) Apoiar a elaboração, discussão e promulgação de marcos normativos e institucionais para a captura de carbono.
 - b) Realizar um seminário/oficina internacional sobre metodologias e mecanismos financeiros de captura de carbono e aquecimento global.
 - c) Promover o desenvolvimento de capacidades técnicas, através da participação trinacional em cursos nacionais e internacionais sobre captura de carbono.

4. Com relação ao manejo e gestão de bacias hidrográficas fronteiriças e transfronteiriças
 - a) Apoiar a elaboração e articulação dos planos de gestão das bacias fronteiriças e transfronteiriças da Região MAP.
 - b) Propor ações conjuntas que promovam o desenvolvimento sustentável das bacias mediante a gestão integrada dos recursos hídricos transfronteiriços.
 - c) Apoiar o estabelecimento de mecanismos para a cooperação, articulação e coordenação entre o Peru, Brasil e Bolívia para a gestão compartilhada das bacias transfronteiriças dos rios Acre, Madre de Dios, Tahuamanu e Abunã, com base nas competências institucionais, nacionais, bilaterais, tratados e acordos existentes na bacia amazônica.
 - d) Implementar medidas conjuntas com relação aos aspectos normativos e técnicos para a gestão das águas e demais recursos naturais superficiais e subterrâneos nas bacias hidrográficas dos rios transfronteiriços.
 - e) Apoiar os governos regional, departamental e estadual no fortalecimento das câmaras ou comitês de gestão técnica e manejo das bacias de rios transfronteiriços.
5. Com relação às Áreas Naturais Protegidas (ANP)
 - a) Estudar acordos nacionais e internacionais sobre as ANP que envolvam a Região MAP, promover e apoiar as ações necessárias para serem ratificados.
 - b) Estabelecer mecanismos de coordenação transfronteiriças para o melhoramento do manejo e consolidação das ANP.
 - c) Desenvolver programas de manejo dos recursos naturais e de mitigação de danos à biodiversidade por atividades de construção e uso de mega-projetos, tais como atividades de mineração, exploração de petróleo, agropecuária, florestais e pesqueiras.

- d) Construir estratégias conjuntas de comunicação/educação sobre o manejo de ANP e incrementar a conectividade entre as mesmas.
- e) Estabelecer mecanismos de detecção e resolução de conflitos, assim como um sistema trinacional de avaliação e monitoramento de danos nas ANPs.

Assinado em , , de de 2007

Arnóbio Marques de Almeida Júnior
Governador do Estado de Acre - Brasil

Santos Kaway Komori
Presidente da Região de Madre de Dios - Peru

Leopoldo Fernández
Prefecto e Comandante Geral do Departamento de Pando - Bolívia





MINUTA DE RESOLUÇÃO SOBRE O COMPLEXO MADEIRA A SER ENVIADO AO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS VIA FBOMS.

Minuta de Resolução do VII Fórum Trinacional da Iniciativa
MAP - Madre de Dios-PE, Acre-BR, Pando-BO.

Epitaciolândia - Brasília Acre, Brasil

15 a 17 de novembro de 2007

Considerando as fortes evidências de impactos negativos dos projetos de aproveitamento hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau em Rondônia na bacia do Rio Madeira, sobretudo em termos de riscos de: assoreamento, erosão e conseqüente expansão da área de alagação (relacionados a sua elevadíssima carga de sedimentos em suspensão); extinção de peixes migratórios com conseqüências negativas para as populações tradicionais e a pesca local; proliferação de malária e outros problemas de saúde pública; pressões sobre unidades de conservação e terras indígenas, e deterioração das condições de vida em áreas urbanas. Pedir a Chancelaria do Peru informações sobre os impactos deste empreendimento para as cabeceiras desta bacia, principalmente relacionados à migração de espécies de peixes;

Considerando os significativos riscos de impactos dos empreendimentos em território boliviano, conforme constatado em pareceres técnicos de especialistas de notório saber, encomendados pelo Ministério Público de Rondônia, assim como em parecer técnico da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA em março de 2007, que concluiu pela inviabilidade ambiental dos empreendimentos;

Considerando que o Governo Boliviano encontra-se alarmado com a rapidez do processo de licenciamento dos empreendimentos do Rio Madeira, sem que o governo brasileiro considere as preocupações expressadas em várias oportunidades;

Considerando que o Governo Brasileiro, através da Chancelaria, comprometeu-se em reunião realizada em São Paulo, no dia 02 de agosto do corrente ano, de que disponibilizaria informações pertinentes a aspectos técnicos, ambientais, sociais, entre outros dos empreendimentos e, lamentavelmente, até o presente momento não cumpriu com este compromisso e tampouco respondeu a lista de 22 perguntas técnicas enviadas por escrito pelo Governo Boliviano na mesma oportunidade;

Considerando que o IBAMA, num contexto de fortes pressões políticas, concedeu a Licença Prévia para tais empreendimentos em julho passado, sem a devida participação de técnicos concursados da instituição, sem a emissão de novo parecer técnico, e desconsiderando preocupações levantadas em pareceres anteriores da instituição e do Ministério Público do Estado de Rondônia, inclusive sobre possíveis impactos do Complexo Madeira em território boliviano;

Os participantes do VII Fórum MAP, concluem pela necessidade de:

Que sejam efetivadas, conforme entendimentos anteriores, a comissão binacional como espaço de diálogo e gestão de conflitos sobre o Complexo Rio Madeira, em consulta com especialistas técnicos e organizações da sociedade civil do Brasil e Bolívia;

Que se viabilize um processo de planejamento participativo, observando o marco legal do princípio de precaução, convênios e tratados internacionais, dos quais Brasil, Bolívia e Peru são signatários, objetivando a elaboração de uma gestão integrada da bacia hidrográfica do Rio Madeira, em conjunto com uma avaliação ambiental estratégica no contexto do Corredor Peru-Bolívia-Brasil da Iniciativa de Infra-estrutura Regional da América do Sul IIRSA;

Que seja acionado o Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Brasil para que por meio de suas Câmaras Técnicas competentes possam buscar soluções para o atual impasse sobre o Complexo do Madeira;

Que o processo de leilão do empreendimento de Santo Antônio seja suspenso até que os canais de diálogos sejam efetivados, novos estudos realizados, e dúvidas sobre seus impactos sócio-ambientais sanadas.

Epitaciolândia, 17 de novembro de 2007.

I N I C I A T I V A



Madre de Dios - Acre - Pando



www.map-amazonia.net